

**OBSERVAÇÕES SOBRE MISTIÇAGEM E PRECONCEITO CULTURAL NA
LITERATURA CONTEMPORÂNEA NIPO-BRASILEIRA**

Erika Horigoshi ¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é tentar contribuir para uma discussão mais intensa a respeito de conceitos ligados à mestiçagem japonesa no Brasil por meio de um debate literário envolvendo obras literária contemporâneas e à luz de teorias relacionadas a esse fenômeno mestiço.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura nipo-brasileira; mestiçagem; preconceito cultural

ABSTRACT: The objective of this article is to try to contribute for a more intense quarrel regarding on concepts to the Japanese mestization in Brazil by means of a literary debate involving contemporary works and to the light of theories related to this crossbred phenomenon.

KEYWORDS: Nipo-brazilian literature; mestization; cultural preconception

O recorte metodológico escolhido para este artigo privilegia as produções literárias *Saga* e *O Súdito (Banzai, Massateru!)*, escritas respectivamente por Ryoki Inoue e Jorge Okubaro, personalidades conhecidas e respeitadas no círculo da comunidade nikkei (descendente de japoneses no Brasil) de nossos dias, além de estudos e artigos publicados em revistas cujo enfoque é relevante para a análise da forma como conceitos ligados à mestiçagem japonesa no Brasil aparecem em produções literárias nipo-brasileiras.

Em seu livro, Inoue descreve a saga de quatro gerações de uma mesma família japonesa no Brasil. O enredo é dividido em cinco partes nomeadas com grande carga simbólica: *Gaijin* (em língua japonesa, designação para estrangeiro); *Issei* (primeira geração de japoneses); *Nissei* (segunda geração); *Sansei* (terceira geração) e *Yonsei* (quarta geração); além de prólogo e epílogo. O livro pode ser identificado como um romance

¹ Jornalista, pós-graduada em Português – Língua e Literatura pela Universidade Metodista de São Paulo e mestranda na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Contato: erika.horigoshi@usp.br

histórico, pois mistura a ficção dos personagens da família protagonista com dados históricos que remetem de fato à história do Japão e ao processo de imigração brasileira.

Jorge Okubaro, por sua vez, centra suas atenções no desafio de contar a história do imigrante okinawano Massateru Hokubaro. A organização do livro com apresentação, lista de personagens, anexos e notas, dá o tom documentarista da trama, que chega a abordar especificamente o envolvimento do protagonista com a *Shindo Renmei*, organização clandestina criada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial e que pregava a vitória do Japão no confronto bélico contra os Aliados.

1 Do Japão para o Brasil: a chegada dos primeiros imigrantes

Estimulado pelo fim da escravidão, o processo imigratório mostrou-se a alternativa mais adequada para preencher os postos de trabalho braçal que surgiam no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Em seu romance, Ryoki Inoue contextualiza esse período fazendo, inclusive, observações sobre os imigrantes italianos, que já estavam no Brasil nesta época:

Coincidente, no Brasil, os fazendeiros de café reclamavam da falta de mão-de-obra. A escravidão tinha sido abolida e a imigração de italianos, proibida. Os resultados, como seria de esperar, foram uma súbita e crítica escassez de trabalhadores rurais e uma intensa pressão por parte dos cafeicultores para que o governo liberasse a imigração de estrangeiros. Não importava de onde eles viessem; o que interessava era que se dispusessem a trabalhar no campo e não fizessem como os italianos, que, depois de um curtíssimo período na lida dos cafezais, logo se mudavam para as cidades e passavam a trabalhar em qualquer outra coisa que não tivesse a menor relação com a enxada. (INOUE, 2006, p. 70, 71)

Algumas informações sobre o contexto histórico da época são relevantes para esta análise. A história da imigração japonesa no Brasil completou 102 anos no último mês de junho e, durante o percurso de adaptação desse povo em terras brasileiras, muito já se discutiu a respeito da preservação de suas tradições étnicas e culturais e também muito já se debateu sobre a transposição e a transformação desses costumes no Brasil. O antropólogo e professor Koichi Mori, em artigo para uma revista comemorativa do centenário da imigração japonesa no Brasil, fez o seguinte comentário:

A cultura japonesa deslocada não configura “cultura japonesa”. Isso acontece porque os nikkeis criaram uma cultura étnica com referências japonesas e brasileiras. (*apud* MANFRINATTO, 2008, p.7)

Seguindo a teoria defendida pelo antropólogo, nota-se claramente um percurso de reinvenção e também de revitalização da cultura japonesa no contato com o Brasil e diante das condições de vida apresentadas por este novo país aos imigrantes do Japão.

Como ponto de partida, é possível pensar que as heranças dessa sociedade ancestral do Oriente tenham sido fortemente marcadas entre as primeiras gerações de seus imigrantes no Brasil justamente como uma forma de manutenção de sua identidade primária. Assim, a necessidade de “ser japonês” era a única alternativa viável, pois ser qualquer outra coisa nesse contexto significaria um esvaziamento de ordem social, cultural e mesmo geográfica, haja vista que o Brasil, para as primeiras levadas de imigrantes, foi, durante muito tempo, um enigma a ser desvendado em todas essas esferas. O sentimento nacionalista, uma das marcas do povo japonês, sobrepuja-se a qualquer possibilidade de integração à nova terra e isso implicava inclusive a manutenção do ensino paralelo do japonês às crianças, à maior aproximação possível dos padrões alimentares japoneses e a preservação dos rituais e das festividades originalmente celebradas no arquipélago.

Os brasileiros, e não apenas os que trabalhavam na fazenda como empregados, mas também os fazendeiros e sítiantes vizinhos, assim como comerciantes de Cotia e São Paulo, gostavam muito das festas que os japoneses promoviam em datas comemorativas e a Fazenda dos Bacuris se enchia de gente por ocasião do *Setsubun*, quando comemoravam o início da semeadura, e do *Kodomo-no-hi*, a festa das crianças, que era aglutinada com o *Shichi-go-san*, a festa das crianças mais velhas, com 3, 5 e 7 anos de idade. (INOUE, 2006, p. 125)

Dentre as tradições culturais japonesas e seu processo de ajustamento no Brasil, a religião, desde sempre, constituiu um dos pontos mais delicados. A adaptação dos imigrantes ao culto religioso exercido no país foi um percurso um tanto complexo, pois exigiu também o batismo na Igreja Católica e a adoção de novos nomes – nomes ocidentalizados – para facilitar as relações com os brasileiros e, no caso desse processo migratório especificamente, também para tomar aulas de português. Em *Saga*, Ryoki Inoue leva para o âmbito literário alguns detalhes desse período:

O professor brasileiro – *gaijin sensei* [estrangeiro professor], segundo os japoneses, e cujo nome era Francisco Navarro – exigiu que todos os

alunos fossem batizados na Igreja Católica. A princípio, isso causou certo mal-estar no grupo, uma vez que todos eram xintoístas, mas, como o próprio xintoísmo não obriga ao abandono de outras crenças, respeitadas em seus dogmas, como o catolicismo já era conhecido no Japão e como eles estavam num país eminentemente católico, depois de uma breve reunião (...) o grupo aceitou a exigência do *gaijin sensei* e um frade franciscano foi procurado, em Cotia, para realizar o batismo coletivo. (INOUE, 2006, p. 120)

O xintoísmo, de fato, proporcionava uma certa flexibilidade em relação à aceitação de outras religiões, o que facilitou a adaptação desse contingente imigrante aos costumes brasileiros. Essa passagem do livro de Inoue sobre os imigrantes japoneses no Brasil confirma as teorias mais antigas do historiador britânico Charles Boxer, ao comparar o método de conversão religiosa empregado na África com aquele empregado na Ásia.

O padre Francisco de Gouveia, S.J., que esteve detido muitos anos no *kraal* de Ngola, ou chefe de quem deriva o nome de Angola, (...) explicava que estes bantos eram selvagens bárbaros que não podiam ser convertidos por métodos de persuasão pacífica como os que eram empregados com nações asiáticas tão cultas como as do Japão e da China. (BOXER, 1988, p. 27)

Ao estudar o fenômeno imigratório japonês no Brasil, não se pode esquecer o importante papel que os primeiros casamentos inter-raciais tiveram no movimento de integração das duas nações. Essas uniões, entretanto, não se deram em cenário de perfeita conformação entre famílias orientais e ocidentais. Em *Saga*, Ryoki Inoue narra as dificuldades de casamento entre o noivo, que é um médico filho de japoneses, e a futura esposa, uma professora ocidental. Os problemas de comunicação com os pais do noivo e de aceitação por parte tanto dos pais dela como dos pais dele aparecem como as principais barreiras para a união.

Maria de Lourdes estava ciente disso. Sabia que, um dia, aquela rejeição haveria de terminar ou, pelo menos, tanto seus pais quanto os de Masakazu seriam forçados a aceitar sua união. E, com toda a dedicação e afinco, começou a se preparar para quando esse dia chegasse: decidiu que aprenderia o idioma japonês e que haveria de ser tão fluente em *nihongo* [língua japonesa] quanto o era em francês ou inglês. (INOUE, 2006, p. 160)

Nessa perspectiva sociocultural de adaptação dos imigrantes em terras ocidentais, vale ainda citar a situação dos okinawanos perante os demais japoneses no Brasil. Trata-se

de uma distinção exercida já no arquipélago japonês e que persistiu com a corrente imigratória para o Ocidente. Okinawa é a província do extremo sul do Japão, cujo povo cultivava hábitos diferentes daqueles mantidos pelos cidadãos do restante do país. Os okinawanos falam um dialeto bem diferente da língua japonesa e também cultivam muitas particularidades em sua alimentação e em seus costumes culturais. Como se todas essas diferenças já não fossem suficientes para operar-se uma distinção social entre esses e os outros japoneses, os okinawanos também possuem um tipo físico diferenciado, com pele mais bronzeada, por dedicarem-se a trabalhos ligados à pesca e à agricultura em maior escala.

Aos olhos dos japoneses das demais províncias, o histórico de Okinawa também contribuiu para que seus habitantes não sejam bem vistos. A presença chinesa nesta ilha e a dominação americana pós-Segunda Guerra transformaram essa região em território informal estrangeiro. Para os japoneses, isso significa uma espécie de influência de ordem sociocultural que tende a “subverter” as características originais do povo japonês, transformando os okinawanos em um tipo japonês “diferenciado”. Jorge Okubaro explica muito bem essa fratura social do Japão e seus reflexos no Brasil em seu romance *O Súdito*, mencionado no início deste ensaio:

Mas os okinawanos eram também um pouco estranhos para os demais japoneses, por causa de seus hábitos, alimentação, idioma, tipo físico um tanto diferentes. E no comportamento eles eram mesmo diferenciados. Dos que fugiram das fazendas para as quais tinham sido designados, por não suportarem as condições em que trabalhavam ou por não concordarem com as ordens dos capatazes ou com a retenção de boa parte dos salários a título de pagamento de mantimentos, a maioria era formada por gente vinda dessa ilha. (OKUBARO, 2006, p. 70)

2 *Shindo Renmei*: um caso extremo de preconceito cultural

No fim da Segunda Guerra Mundial, um fenômeno de natureza ímpar na história dos imigrantes japoneses no Brasil tomou forma e proporções inesperadas. A *Shindo Renmei*, a Liga dos Seguidores do Caminho dos Súditos, foi uma organização de caráter clandestino, fundada por membros da comunidade japonesa no Brasil, responsável pela morte de vários japoneses. Sua bandeira era a supremacia bélica do império do sol nascente e a negação das notícias reais da derrota do Japão para os Aliados.

Esse episódio é, possivelmente, o capítulo mais delicado de toda a história dos japoneses no Brasil, por ter ocasionado a morte de várias pessoas que acreditaram nas notícias divulgadas pelo governo brasileiro sobre a derrota de seu país natal. Sobre esse assunto, o historiador Rogério Dezem afirma, em reportagem para uma revista sobre cultura japonesa:

A singularidade da situação encontra-se, entre outros fatores, no fato de que a *Shindo Renmei* foi um fenômeno único, tanto na história das imigrações japonesas mundo afora, como também na história das imigrações que para cá aportaram. Um fenômeno complexo, que, em minha opinião, está começando a ser seriamente estudado. (*apud* SAKAI, 2008, p. 11)

Do ponto de vista social, a *Shindo Renmei* configura um caso típico de preconceito cultural, uma vez que provocou uma profunda cisão na comunidade nipo-brasileira, pondo em lados opostos japoneses que acreditavam na supremacia e na vitória absoluta do Japão na guerra – os *kachigumi*, ou seja, vitoristas – e aqueles que, conscientes das notícias chegadas do exterior, reconheciam a derrota do exército japonês – os *makegumi* (derrotistas). O histórico vitorioso dos soldados japoneses em confrontos internacionais anteriores e o contexto político brasileiro contribuíram para o fortalecimento da *Shindo Renmei* e ignorar esse fato era como “deixar de ser japonês”, ou, mais do que isso, desonrar o imperador.

Como explica Carlos Leonardo Bahiense da Silva:

As práticas interventoras do Estado Novo promoveram uma reorientação na liderança da comunidade nipônica no Brasil. A elite dirigente dos núcleos economicamente prósperos cederia lugar a uma vertente de nacionalistas extremados. Tal elite apresentava uma postura conciliatória no que dizia respeito à questão da assimilação: preconizava a defesa de certos aspectos da cultura japonesa e a incorporação de alguns elementos da tradição brasileira. Ao contrário, as hordas nacionalistas opunham-se à assimilação, olhando nostalgicamente para a pátria-mãe. Dois pontos fortaleceriam essas hordas: de um lado, os bordões da retórica imperialista nipônica (“espírito japonês”, “nova ordem”); de outro, a radicalização nacionalista e a repressão policial perpetradas pelo Estado Novo. Em suma, a *Shindo Renmei* seria reflexo do enfrentamento de dois pólos rivais – assimilacionistas e anti-assimilacionistas. (SILVA, 2006, p. 10)

A visão desse pesquisador é especialmente interessante para esta análise por incluir os termos “assimilacionista” e “anti-assimilacionista” em seu estudo da *Shindo Renmei*. Do

ponto de vista da retórica da defesa da identidade japonesa, o radicalismo com o qual a organização clandestina pautou suas atitudes contra a chamada “elite assimilacionista”, ou seja, a parcela de pessoas que se posicionava defendendo certos aspectos culturais do Japão e incorporando algumas tradições brasileiras – viabilizando uma possível reinvenção da cultura do arquipélago com a influência brasileira –, foi produto da facção nacionalista japonesa, portanto, anti-assimilacionista em relação ao desenvolvimento desse processo no cotidiano da comunidade imigrante e de seus descendentes.

Mais do que esse conflito de ordem sociocultural na adaptação no Brasil, as bibliografias sobre o assunto ressaltam bastante o temor dos imigrantes e de seus filhos em relação a uma eventual infidelidade ao imperador, pois esse era o artifício empregado pela *Shindo Renmei* para aliciar militantes à sua causa, como nos conta Jorge Okubaro nas páginas de *O Súdito*:

Todos os que divulgavam notícias como essas [ou seja, de cunho derrotista] passaram a ser considerados não-japoneses e traidores da pátria, que mereciam castigo. Textos ameaçadores foram deixados com algumas dessas pessoas que a *Shindoo Renmei* considerava traidoras. Um deles dizia: “Vocês dois ousaram falar mal da augusta pessoa de Sua Majestade o Imperador. Por isso, nós japoneses sacudiremos nossas baionetas para castigá-los. Portanto, é importante vocês se prepararem para se arrepender de seus crimes e se suicidar. Se não o fizerem, nós os visitaremos, razão pela qual devem aguardar-nos, lavando bem seus pescoços”. (OKUBARO, 2006, p. 289)

O saldo deixado pela *Shindo Renmei* foi impressionante. Documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) informam que cerca de 2 mil pessoas foram presas por suspeita e envolvimento nos atos criminosos da organização clandestina e outras 400 foram indiciadas. Muitos japoneses tiveram decretada a sua expulsão do Brasil e foram levados para a Ilha Anchieta, no litoral norte de São Paulo, onde ficaram até 1958, quando o caso foi arquivado por prescrição, de acordo com o que conta Ryoki Inoue em *Saga*.

O final da guerra e a dissolução da *Shindo Renmei* iniciaram uma nova fase, porém com a manutenção dos temores antigos para os imigrantes japoneses no Brasil. Além de continuar a administração do desafio da nova vida no Ocidente, as sequelas psicológicas herdadas por esses conflitos também precisavam de um cuidado especial. Persistiam a convivência em terras estrangeiras, a imagem que os terroristas da *Shindo Renmei*

deixaram perante a sociedade japonesa, e os choques culturais e trabalhistas, como mostra o estudo da cientista política Marcela Miwa:

O que dizer dos alimentos, preparados tão diferentemente dos costumes nipônicos? O jeito era engolir “a seco” a comida e as diferenças, aceitar (não pensar) as duras condições de suas novas vidas de imigrantes. Esquecer a solidão e a saudades da terra natal. A solução era não permitir (desautorizar) que esses *choques* da realidade ganhassem grandes significados em suas vidas, era melhor que não fizessem parte suas experiências em terras novas, pois o futuro era ainda incerto. Por vezes quiseram reclamar – sobre as vidas que levavam e as condições de trabalho nos cafezais – mas quem iria escutá-los, isto é, quem poderia modificar suas realidades? Talvez as dores e as angústias fossem demasiadas para seus sentidos e elaborações, fazendo com que muitos japoneses permanecessem “estáticos”, incapazes de reagir, de pensar, necessitando de um auxílio externo para superar os impactos. Como geralmente não encontravam o apoio que ansiavam, esses choques foram se acumulando em seu interior, cada impacto um fragmento, mais um “corpo estranho” cindido e não digerido, mais um ‘estrangeiro violentador’”. (MIWA, 2006, p. 86, *grifo da autora*)

Considerações finais

Este artigo pretendeu, por meio de um breve panorama tomando como ponto de partida duas obras recentes da produção literária nipo-brasileira, mostrar e analisar como são tratadas as questões relacionadas à mestiçagem e ao preconceito cultural nesse tipo de discurso.

As obras literárias escolhidas para análise privilegiam esses assuntos em seus enredos, o que viabilizou a produção deste texto, mas é preciso ainda ressaltar que seu estudo pode oferecer subsídios para uma análise muito mais aprofundada nessa linha. No entanto, o atual respaldo teórico disponível de estudos e pesquisas, por conter um viés diretamente ligado à história e à antropologia, e não à literatura, mais ainda à literatura de caráter étnico oriental, carece desse apoio para a realização de um estudo pormenorizado, capaz de jogar novas luzes a esse debate crítico.

Dessa forma, a ausência de outros estudos e teorias mais especificamente relacionados ao movimento imigratório japonês no Brasil e também relacionados à literatura impediu a constituição de uma visão mais crítica, que credibilizasse uma análise mais incisiva sobre o material literário selecionado. Logo, neste primeiro momento, optou-

se por realizar um recorte simples sobre as obras, buscando relações diretas com as fontes teóricas disponíveis.

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles R. **Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825**. Porto: Afrontamento, 1988.

INOUE, Ryoki. **Saga** – A história de quatro gerações de uma família japonesa no Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2006.

MANFRINATTO, Ana. Sorry, “Liberdade”. In: **Especial 100 anos da imigração japonesa** – As surpreendentes histórias do povo que ajudou a mudar o Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2008.

MIWA, Marcela J. **Narciso no império dos crisântemos**: interpretando o movimento Shindo Renmei. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2006.

OKUBARO, Jorge J. **O súdito (Banzai, Massateru!)**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

SAKAI, Suzana. Além do imperador. In: **Zashi**, n. 8. São Paulo: Empresa Jornalística International Press Brasil, abril 2008.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. **Em nome do imperador**: reflexões sobre a Shindo Renmei e sua campanha pela preservação da etnicidade japonesa no Brasil (1937-1950). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006.